



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

CORRESPONDÊNCIA 19

Recebida em

27, 10, 86

19:30

horas

Evandro

Of. 517/GP/86.

Ubá, 27 de outubro de 1986.

Exmº Sr.

Dr. Norton Antônio Fagundes Reis

DD. Presidente da

Câmara Municipal de Ubá

NESTA

Senhor Presidente:

Não são desconhecidos de V.Exª e nem dos demais membros ' dessa colenda Casa Legislativa a satisfação e o reconhecimento que te mos pelo apoio constante que vimos recebendo dessa egrégia Câmara, se ja no seu todo, seja no que tange a cada um dos ilustres Vereadores ' que a compõem.

Árdua tem sido a nossa luta; porém, significativa o respal do que nos tem sido outorgado pelo Legislativo, a fim de que, gradati vamente, consigamos atender às verdadeiras e justas reivindicações ' desta coletividade ubaense, sempre ávida de expansão, mercê do porte que hoje ostenta o nosso Município e do renome que desfruta no contex to regional, estadual e mesmo nacional.

Para tanto, é preciso administrá-lo com espírito de renún cia, com dedicação integral, com zelo insofismável, para que não incor ramos em inércia nem sejamos impelidos ao desespero, em decorrência ' da incompreensível carência de verbas repassadas ao Município de Ubá' nestes quase quatro anos de nossa Administração.

E, apesar de tudo, temos feito o que podemos, com recur- ' sos próprios.

Na verdade, temos feito milagres, se levarmos em conside- ração tudo o que já realizamos no decorrer de nossa gestão, sem os re cursos substanciais de que necessitamos.

Por isso, quando vamos analisar e avaliar Projetos, seja' de que natureza forem, devemos — antes de tudo — ser apartidários.

Quando está em jogo o **interesse** da comunidade, quando es- tá latente a sua **necessidade**, quando se pensa em **realizar obras** para' a comunidade, devemos ter em mente que o mérito nisso existente não é privativo do Executivo, nem do Legislativo. **O mérito é da própria co- munidade**, cujos anseios nos impelem a atendê-la, do melhor e mais rá- pido modo possível.

Daí, como se poderá entender, é nossa a obrigação de tra- duzir em obras e serviços as aspirações e as reivindicações desta mes ma comunidade à qual juramos servir e defender com o mais acirrado em penho.



É nosso dever, portanto, avaliar com cautela todos os Projetos de interesse comunitário.

Ninguém é proprietário de obras públicas.

Assim é que, desde que assumimos o governo deste Município, temos tentado conseguir empréstimos bons e baratos, justamente para locupletar a carência de recursos governamentais não repassados e — como não poderia deixar de ser — atingir as metas que nos propusimos alcançar, unicamente em benefício da comunidade.

Chegamos mesmo a trazer em nosso Gabinete, com o auxílio do saudoso ex-Presidente desta Câmara, Lincoln Rodrigues Costa, um dos Diretores do BDMG. E, nessa oportunidade, quando ele nos explanou o Plano de Financiamento para as Prefeituras, foi enfático em afirmar: "O melhor empréstimo para as Prefeituras é o do FAS-Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social. Suas modalidades são as melhores que existem. Todavia, é difícilimo de ser conseguido, Há necessidade de que o Prefeito tenha alguém que cuide disso". E disse-nos mais: "Se o Prefeito conseguir negociar com a Caixa Econômica Federal, canalizando para Ubá recursos do FAS, terá feito um achado; pois, normalmente, muitos tentam, mas não conseguem, E, na melhor das hipóteses, costumam levar 120 dias para verem liberados quaisquer recursos do FAS, por ser este um dos Fundos mais procurados no país pelos administradores".

Portanto, desde 1984 já havíamos concluído que era difícil chegar ao FAS, mas não impossível, posto que outros Municípios haviam logrado êxito em injunções nesse campo.

Não será demais aqui lembrar que o FAS é um Fundo criado em dezembro de 1974 que, iniciando as suas atividades em meados de 1975, sempre teve por finalidade dar apoio aos programas e projetos de caráter social, ou seja, os que se enquadram nas diretrizes e prioridades da estratégia de desenvolvimento social dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

O FAS concentra, basicamente, suas atividades nas áreas sociais da Educação e Cultura, Saúde, Previdência e Assistência Social, Trabalho, Interior e Justiça, amparando projetos de interesse do setor público e do setor privado.

O FAS foi criado pela Lei nº 6.168, de 09.12.74 e regulamentado pelos Decretos nºs 75508 e 75975, de 18.05.75 e 17.07.75, respectivamente, com Exposição de Motivos nº 07, do Conselho de Desenvolvimento Social, aprovada em 13.08.75, dispondo sobre os recursos e a carência do Fundo.

Constituem recursos do FAS:

-Renda líquida das Loterias Esportiva e Federal, na forma da legislação em vigor;

-Recursos destacados para este fim nos orçamentos operacionais da Caixa Econômica Federal;

-Recursos de dotações orçamentárias da União, estabelecidos anualmente;

-Outros recursos de origem interna e externa, inclusive provenientes de repasses e financiamentos.



A nova linha de prioridades estabelecida pelo CDS-Conse-
lho de Desenvolvimento Social destacou e definiu, dentre outras, as se-
guíntes áreas para financiamento junto ao FAS:

Na área do Ministério do Interior: Obras e Serviços de
drenagem pluvial, com todas as suas implicações.

Na área dos Ministérios da Saúde e Previdência e Assistên-
cia Social: Programas de assistência à saúde, níveis primário e secun-
dário, ou seja, Postos de Saúde, Centros de Saúde, Unidades Integra-
das de Saúde, Hospitais Gerais de pequeno e médio porte, projetos es-
peciais referentes à saúde materno-infantil, alimentação e nutrição,
combate a doenças transmissíveis, atendimento ao menor e ao idoso e
reabilitação profissional.

Na área dos Ministérios da Educação e da Cultura: Progra-
mas e projetos destinados às populações urbana e rural, através de
uma ação educativo-cultural de ampla cobertura, com construção de nú-
cleos que atendam principalmente ao fomento e à sedimentação dos valo-
res histórico-culturais locais.

Todas essas prioridades passam por uma análise técnico-fi-
nanceira dos projetos apresentados e seu respectivo acompanhamento,
cuja avaliação é realizada pela CEF, através da Coordenação de Opera-
ção do FAS, subordinada à superintendência do PIS.

O processo de operação do FAS é composto de diversas eta-
pas, das quais a análise técnico-financeira do projeto ou programa é a
antepenúltima. Após esta, vem ainda o enquadramento da proposta, pela
Coordenação do GTE-Grupo Técnico Especial do FAS, de acordo com as de-
cisões do Grupo de Trabalho, com os resultados da análise financeira
e com as normas fixadas pelo Plano de Aplicação do FAS. E, finalmente,
a assinatura do contrato, concessão do financiamento e controle sobre
a sua execução, que são responsabilidades da Caixa Econômica Federal
e da Superintendência do PIS.

Apesar de toda uma variada gama de procedimentos, os finan-
ciamentos do FAS, quando aprovados os Projetos a ele apresentados, têm
um prazo de amortização de até 15 anos, no máximo, admitindo-se um pe-
ríodo de carência de até 3 anos.

Como se vê, é um dos programas mais acreditados, mais sé-
rios, mais honestos e mais disciplinados do Governo Federal.

O Dr. Roberto Gianetti, da SECOL, de Belo Horizonte, MG,
graças às amizades que tem em Brasília, junto ao Senado Federal e à
Câmara dos Deputados, acolheu o nosso pedido, advogou a nossa causa
e conseguiu incluir o nosso Município na ordem de concessão de finan-
ciamento do FAS. E isto foi uma vitória, que não podemos hoje abando-
nar e relegar ao esquecimento.

Senhor Presidente, caros amigos Vereadores: Mais uma vez
pedimos-lhes meditar sobre o nosso Projeto de Lei, ou, melhor ainda,
sobre o que nos está oferecendo o FAS. Acima de tudo, porém, rogo-lhes
que meditem sobre o que a comunidade ubaense tanto necessita e há de
receber agora, através do FAS, depois de longa espera.

Conclamamos, pois, a todos os membros dessa Edilidade, como
homens íntegros, bem intencionados e de grande visão, para que pensem
bem, antes de tomar qualquer decisão que porventura faça retroagir es



sa conquista tão importante para nós, administradores, legisladores e coletividade.

Se hoje não aproveitamos oportunidades como esta, poderemos amanhã não merecer nem mesmo a análise do FAS por outras similares.

Pensemos juntos: Há 10 anos vem aumentando muito o volume de águas do Córrego Tenente Pedro Batalha, pois, antes, apenas 1 ou 2 bairros convergiam as suas águas para ele. Hoje, são vários bairros e dezenas de ruas a desembocarem suas águas neste Córrego. Para ali convergem os Bairros José Peluso, Noeme Batalha, Talma, Vitória, Bela Vista, Santa Efigência e Cristo Redentor, além de centenas de casas construídas e em construção, inúmeras ruas com suas novas captações desaguardando no mesmo Córrego, o qual, em época de chuvas, transforma-se em um verdadeiro rio.

Tal Córrego corta a metade da cidade e atravessa o Centro, indo de encontro ao Rio Ubá. Cada vez que chove constitui uma ameaça à população.

Na Rua Santa Cruz, por exemplo, nos dias de grande quantidade de chuva, chega ele a crescer até três metros de altura.

Já analisamos, muitas vezes, se nos bastaria tomar medidas paliativas. Manilhamentos não resolvem, pois de suas cabeceiras vêm pneus velhos, entulhos enormes, latões e outros detritos, que se engastalhariam nas manilhas.

Em razão disso, ouvimos arquitetos, engenheiros, mestres de obras, líderes comunitários e outros — e todos foram unânimes em dizer que ali só mesmo resolveria o problema a construção de uma Galeria com caixas de visitas, pois, em caso de entupimentos, basta abrí-las e limpá-las, sanando-se o problema.

Todos nós, sem exceção, recorreremos a financiamentos quando precisamos expandir a nossa empresa, construir uma casa própria, adquirir um veículo ou outro bem qualquer.

Se não fosse o BNH, mais de 70% da população brasileira não teriam sua casa própria. Mesmo sendo criticado o sistema, existem centenas na fila para conseguirem um financiamento — ainda mais que agora as prestações subirão proporcionalmente ao INPC.

Quase a totalidade do empresariado nacional cresceu, é claro, graças à sua dedicação, à sua inteligência; mas, todos, sem exceção, lograram expandir porque recorreram a empréstimos, reformaram títulos, descontaram duplicatas, pagaram juros... e, às vezes, altos juros.

Como já o dissemos antes, em quase quatro anos de Administração não encontramos, em todas as portas onde batemos, melhores juros, melhores condições de financiamento, do que este do FAS.

Já mostramos aos nossos amigos Vereadores que há necessidade das obras que incluímos no projeto de financiamento do FAS. São obras eminentemente sociais, insistentemente solicitadas, reivindicadas e reiteradas, inclusive pela própria Edilidade e pela comunidade.

Todas as obras, portanto, como a Galeria Tenente Pedro Batalha, os Postos e Centros de Saúde, o Centro Cultural de Ubá e a Sede da Câmara Municipal de Ubá, são de extrema necessidade.

Dezenas de cidades, algumas menores que a nossa, possuem já o seu local de reunião, onde realizam seminários, palestras, convenções e



eventos os mais diversos.

É verdade que temos o Parque Agropecuário e Industrial de Ubá. Todavia, situado a 4Km do centro, dificulta tudo, pois nem linha regular de coletivos urbanos tem.

Caros amigos: A decisão está com esta nobre Edilidade, na qual, repetimos, sempre confiamos e sempre confiaremos. Daí estarmos certos de que, pela apreciação e real aquilatamento desta matéria, a sua votação será plenamente favorável, com reflexos sociais os mais abrangentes.

Todos nós sabemos que, mais cedo ou mais tarde, essas obras terão que ser realizadas, posto que, a cada dia que passar, os problemas que a sua ausência acarreta mais se agravarão.

Nosso Orçamento não comporta sozinho sequer a execução de uma só delas.

No caso da Galeria, esta é uma obra complexa, com 1.000m lineares, iniciando-se lá na rua Tenente Pedro Batalha, um pouco acima da Pracinha, e vai até o Rio Ubá. E quando se cava 2m chão a dentro, numa extensão de 1.000 m, provavelmente encontrar-se-á redes várias de esgoto, redes pequenas de captação de águas pluviais, fiações da TELEMIG, fiações elétricas subterrâneas, redes de água da COPASA, etc.

Como podemos concluir, é uma obra difícil e onerosa, que exigirá muitos recursos financeiros, uma boa engenharia de solo e um acompanhamento seguro e eficaz.

Infelizmente, sabemos que daqui a um ano todos se esquecerão; mas nada disso importa. Não temos vaidades. Temos feito centenas de obras debaixo da terra e poucas dezenas por cima dela.

Unidos, Executivo e Legislativo, não temos orgulho próprio. Nossa consciência ficará tranquila para com a posteridade, se for atendida a comunidade, se as obras corresponderem aos seus anseios. Isto é que interessa, mais nada.

Pela última vez, pedimos-lhes, meditem bem. A decisão é sua — e nós a acataremos, qualquer que seja ela, embora confessemos aqui, de antemão, a nossa grande tristeza em vermos jogados por terra todos os nossos esforços e frustradas as aspirações da comunidade, se porventura não for aprovado tal financiamento por essa ilustre Edilidade.

Finalmente, cōscios de sua grande abertura humano-social, que remos agradecer a todos os nobres Vereadores por terem nos ouvido com paciência e atenção.


Nosso muito obrigado pelo respeito que tiveram para com este Prefeito, que só visa o bem estar de nosso povo.

Parabéns a todos os membros desta egrégia Casa.

Realmente, agora, mais que nunca, estamos unidos — interdependentes, é certo; porém, harmônicos.

Na oportunidade, expressamos ao ilustre Presidente e aos seus demais pares os nossos protestos de sincero apreço, profundo respeito, real amizade e distinta consideração.

Cordialmente,


JOSÉ BIGONHA GAZOLLA
Prefeito Municipal